

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL N° 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA

**APONTAMENTOS PARA O ESTUDO
DA FORMAÇÃO DO ESTADO DE
ISRAEL.**

ADNILSON MARQUES DE OLIVEIRA

ADNILSON MARQUES DE OLIVEIRA

**APONTAMENTOS PARA O ESTUDO
DA FORMAÇÃO DO ESTADO DE
ISRAEL.**

Monografia apresentada ao
Departamento de História da
Universidade Federal de Uberlândia
para obtenção do título de Bacharel em
História, sob orientação da Prof^a. Dr.^a
Rosângela Patriota.

Uberlândia, fevereiro de 03.

ADNILSON MARQUES DE OLIVEIRA

**APONTAMENTOS PARA O ESTUDO
DA FORMAÇÃO DO ESTADO DE
ISRAEL.**

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr.^a Rosângela Patriota

Prof. Ms. Marcos Antônio Menezes

Prof^a. Nádia Cristina Ribeiro

ÍNDICE

RESUMO.....03

INTRODUÇÃO.....04

APRESENTAÇÃO.....06

CAPÍTULO 1 – ASPECTOS HISTÓRICOS

1. BÍBLIA – PRIMEIRO DOCUMENTO SOBRE O ANTIGO

ISRAEL.....09

2. HISTÓRIA DE ISRAEL.....14

2.1. OS REIS DE ISRAEL.....19

2.2. AS ORIGENS DO POVO

PALESTINO.....26

2.3. AS ORIGENS DO POVO JUDEU.....27

2.4. BIOGRAFIA DE BEN GURION.....28

CAPÍTULO 2 – DOMÍNIO INGLÊS E BALFOUR

1. FIM DA 1ª GUERRA MUNDIAL: DOMÍNIO FRANCO-

BRITÂNICO E SIONISMO.....31

2. A DECLARAÇÃO BALFOUR.....35

2.1. DIA DA DECLARAÇÃO BALFOUR - 2 DE NOVEMBRO DE 1917.....	40
CAPÍTULO 3 – SIONISMO: SINÔNIMO DE LIBERDADE	
1. SIONISMO.....	42
2. O NAZISMO E A CRISE NA EUROPA ESTIMULAM A MIGRAÇÃO JUDAICA.....	45
2.1. SORLIN EM “O ANTI-SEMITISMO ALEMÃO”.....	47
CAPÍTULO 4 – INDEPENDÊNCIA DE ISRAEL	
1. ANOS 40: SURGE O ESTADO DE ISRAEL.....	51
2.DECLARAÇÃO DE BEN GURION APÓS A INDEPENDÊNCIA.....	54
2.1. A DECLARAÇÃO.....	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57.
BIBLIOGRAFIA.....	60

RESUMO

Mostrar os caminhos percorridos pelos responsáveis pela formação do Estado de Israel. Esse trabalho também destaca momentos conjunturais decisivos para a declaração de independência em 14 de maio de 1948. Além de filosofias que ajudaram na criação de um movimento político: o Sionismo, um pensamento político lançado pelo escritor e jornalista húngaro Theodor Hertzl , que inspirado pelo caso Dreyfus (judeu e capitão do exército francês que foi condenado injustamente por traição numa clara manifestação de anti-semitismo), o idealiza com a publicação do livro "O Estado Judeu – Uma Tentativa de Solução Moderna para a Questão Judaica".

Também o Lord Balfour fez publicar a Declaração Balfour, no "The Times" de Londres, em 1917, numa carta endereçada ao Lorde Rothschild, membro da Câmara dos Lordes, em que apoiava a imigração de judeus para a Palestina e o estabelecimento de um "lar nacional para o povo judeu" na região.

E o comandante da militância pró-independência, Ben Gurion, que conseguiu nas Nações Unidas uma resolução favorável a criação do Estado de Israel. Em conseqüência, foi eleito presidente do Conselho Nacional Provisório, que proclamou a independência de Israel.

APONTAMENTOS PARA O ESTUDO DA FORMAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL

INTRODUÇÃO

Comecei esta monografia na tentativa de mostrar quais os discursos e ações que incentivaram a construção do Estado de Israel até a sua independência em 14 de maio de 1948. Busquei mostrar através de diversas bibliografias, em especial a biografia de David Ben Gurion – responsável pela independência do país – nos livros “O Despertar de um Estado”, de autoria do próprio estadista e “Ben Gurion: O Profeta Armado”, de M. Michel Ben-Zohar; e da interessante obra “Realidades de Israel”, de Ellen Hirsh, redatora do Centro de Informação de Israel, da Embaixada de Israel, em Brasília (DF).

“Não me deixo intimidar pela escassez de armas dos judeus, nem pelos argumentos do secretário de Estado norte-americano. Estou convicto de que esse é justamente o momento para a sonhada declaração do Estado Soberano esperado pelos judeus com inquietação e fé.”¹

Tendo como pano de fundo para explicar as dificuldades em que os judeus obtiveram a chance de Israel ser conduzida por eles e não controlada por

¹ BEN GURION, David. *O Despertar de um Estado*. São Paulo: Monte Scopus, 1957, pp.150.

países da Liga das Nações, como foi o caso da Inglaterra, remontei aos relatos de Pierre Sorlin em sua obra intitulada “O Anti-Semitismo Alemão” e em “O Estado Judeu”, de Theodor Herzl. A luta pela independência foi contra os projetos do povo árabe, uma guerra que até hoje se encontra em andamento.

“O renascimento nacional judaico e os esforços da comunidade por reconstruir o país encontraram forte oposição por parte dos nacionalistas árabes. Seu ressentimento explodiu em períodos de intensa violência (1920/21/29/36-39), quando os transportes judeus eram molestados, campos e florestas incendiados e a população judaica era atacada sem motivo. As tentativas do movimento sionista de chegar a um diálogo com os árabes foram infrutíferas, e o nacionalismo árabe e judeu se polarizam em situação explosiva.”²

Com o objetivo de transportar o leitor interessado nesse trabalho nas terras de Israel, a conhecida “Terra prometida” do povo judeu, e nas discussões incansáveis e conflitos frente aos árabes e ingleses, em meio a problemática em definir quem era o verdadeiro “herdeiro” é que com o auxílio dos escritores acima referidos e mais outras bibliografias poderemos refletir (ou até mesmo explicar) sobre o motivo da cobiça frente a esse país.

A metodologia empregada é uma análise histórica e comparativa de várias obras fichadas em que descrevem fatos e ocorrências que culminaram com a independência de Israel.

APRESENTAÇÃO

ESTATUTO: O Estado de Israel é uma democracia parlamentar, na qual funcionam os poderes legislativo, executivo e judiciário. A Declaração do Estabelecimento de Israel constitui o credo da nação. Ele inclui referências aos imperativos históricos do renascimento do país; as diretrizes de um estado judeu democrático, baseado em liberdade, justiça e paz, conforme a visão dos profetas bíblicos; e um apelo por relações pacíficas com os estados árabes vizinhos, para o benefício de toda a região.

ESTRUTURA POLÍTICA: Suas instituições são a Presidência, o Knesset (parlamento), o Governo (gabinete de ministros) e o Judiciário. O sistema se baseia no princípio da separação de poderes, com controle recíproco, o Poder Executivo (o Governo) estando sujeito ao voto de confiança do Poder Legislativo (o Knesset) e a independência do Poder Judiciário sendo garantida por lei.

CAPITAL: Jerusalém, embora a maioria das embaixadas estrangeiras estejam em Tel Aviv.

INDEPENDÊNCIA: O Estado de Israel foi proclamado no dia 14 de maio de 1948, de acordo com o plano de partilha da ONU de 1947. De acordo com o conceito de "reunião dos exilados", que é verdadeira razão de ser do Estado de

² HIRSH, Ellen. *Realidades de Israel*. Jerusalém: Ahva Press, 1999, pp. 28.

Israel, os portões do país foram abertos de par em par, confirmando o direito de cada judeu de vir a Israel e, ao chegar, receber cidadania. Israel é um país de múltiplas faces, tanto na diversidade de sua população, quanto na variedade de suas regiões geográficas. Um território pequeno e jovem, que conseguiu, neste seu primeiro meio século, deixar de ser uma nação pobre com uma população marcada pela guerra, para avançar rumo a liderança no mundo em áreas como hi-tech, medicina e agricultura.

LÍNGUA: O idioma oficial é o hebraico, porém ensina-se, também, nas escolas: árabe, inglês (e russo, como matéria opcional), bem como outros idiomas e dialetos são falados, isoladamente, pelos imigrantes de diversos países.

RELIGIÃO: 79,2% judaísmo; 14,9% islamismo; 2,2% cristãos; 1,6% druzos e outros, 2,1% sem religião.

BANDEIRA: A bandeira do Estado de Israel é inspirada no desenho do xalé de orações judaico (Talit), com uma Estrela de David (Maguen David) azul. O emblema oficial do Estado é um candelabro (menorá), cuja forma teria sua origem na planta de sete galhos moriá, conhecida desde a antigüidade. Os ramos de oliveira dos dois lados representam o anseio de Israel por paz. A menorá de ouro era um dos principais objetos de culto no Templo do Rei Salomão, em Jerusalém. Através dos tempos, ela tornou-se um símbolo da herança e tradição judaica, em sem número de lugares e com grande variedade de formas.

GEOGRAFIA: Israel se encontra na encruzilhada da Europa, Ásia e África. Geograficamente, pertence ao continente asiático; sua fronteira ocidental é o Mar Mediterrâneo, limita-se ao norte com o Líbano e a Síria, a leste com a Jordânia e ao sul com o Mar Vermelho e o Egito. Sua forma é comprida e estreita: tem 450 km de comprimento e cerca de 135 km no seu ponto mais largo.

MOEDA: shekel novo.

ORGANIZAÇÃO: O Estado de Israel é membro da Organização das Nações Unidas (ONU) desde 1949 e mantém relações com a maioria dos países do mundo. Tendo em mente séculos de perseguições, a devastadora experiência do Holocausto e as longas décadas do conflito árabe-israelense, a política externa de Israel tem sido orientada pela busca da paz na região, assegurando ao mesmo tempo a segurança nacional e promovendo a cooperação com todas as nações.

Fonte: Embaixada de Israel, Brasília (DF).

CAPÍTULO 1 – ASPECTOS HISTÓRICOS

1. BÍBLIA – PRIMEIRO DOCUMENTO SOBRE O ANTIGO ISRAEL

Quando se pensa no Oriente Médio, é bom lembrar ter sido naquela parte do mundo que a humanidade iniciou sua marcha rumo à civilização. Nessa região que o homem construiu o primeiro templo, lavrou o primeiro campo de trigo, celebrou o casamento, criou o primeiro lar, promulgou o primeiro código, enfim, tudo está documentado no livro que hoje conhecemos que é a Bíblia.

Mais tarde, nesse território que se desenvolveram as grandes civilizações que constituem, ainda, a base da nossa atual. E foi nas montanhas luminosas daquela região que Moisés recebeu os “Dez Mandamentos”³, onde Jesus pregou seu Sermão da Montanha⁴, que Maomé encontrou o anjo Gabriel⁵ – fundando, assim, sucessivamente, três das maiores religiões do mundo: judaísmo, cristianismo e islamismo.

O Oriente Médio também é uma das regiões mais fascinantes do planeta. Habitado desde tempos imemoriais, é uma área estratégica do ponto de vista econômico, principalmente por causa do petróleo. É também um importante

³ ALMEIDA, João Ferreira de (tradução). *A Bíblia Sagrada - “Velho Testamento”*. Rio de Janeiro: Imprensa Bíblica Brasileira, 4ª impressão, 1992.

⁴ ALMEIDA, João Ferreira de (tradução). *A Bíblia Sagrada - “Velho Testamento”*. Rio de Janeiro: Imprensa Bíblica Brasileira, 4ª impressão, 1992.

cenário geopolítico e militar. Basta observar um mapa para constatar a base dessa importância. Situado entre a África, a Ásia e a Europa, o Oriente Médio tem limites aproximadamente iguais com cada uma delas, e tem os únicos pontos de contato que ligam esses três continentes entre si.

Pela dominação desta zona primordial, lutaram os impérios desde a aurora da história: egípcios contra hititas, assírios contra fenícios, macedônios contra persas, romanos contra gregos, árabes contra bizantinos, otomanos contra mamelucos, franco-britânicos contra turcos e alemães.

Com essas características, o Oriente Médio tornou-se um dos centros nevrálgicos da Guerra Fria. A criação do Estado de Israel, em 1948, agitou um passado milenar, que logo seria submetido ao jogo de xadrez das superpotências.

Inevitavelmente o historiador terá que utilizar a Bíblia como principal fonte para estudos da história do Oriente Médio. Existem ainda textos extra-bíblicos e descobertas arqueológicas que ajudam a compreender o que a Bíblia não registra ou não deixou muito claro, porém a supervalorização desses textos e das descobertas arqueológicas não podem afirmar se a Bíblia é certa ou não, quando menos, em se tratando de arqueologia, evidenciam de forma clara ou tem certeza do que podem significar.

A Bíblia não foi escrita como a história do povo de Israel, mas como as narrativas das intervenções de Deus nesta história. Para o historiador o que mais importa são as relações políticas, sociais e econômicas que mesmo os eruditos, que acreditam ser a história produto da intervenção de um Ser Superior, evitam explicar os acontecimentos históricos como atos de Deus, ou seja, não cabe ao historiador discutir crenças religiosas, mas sim ao teólogo. Tanto menos cabe ao historiador

⁵ *Sagrado Alcorão*. São Paulo: Zambeni, 1998.

negar fenômenos divinos, pois se isso não acrescenta nada para história, quando historiadores o fazem, buscam apenas destruir a fé alheia, que por não possuírem, totalmente desacreditam-na. A fé serve de sustentáculo moral, social e econômico para a humanidade.

Se muitos estudiosos da história de Israel por um lado mostram-se muito tendenciosos, por estarem ligados direta ou indiretamente a religião, por outro lado também são tendenciosos quando omitem as profecias por considerarem a fé um ato irracional. Esta atitude leva a muitos estudiosos a registrarem uma história desconexa e sem importância, faltando partes que seriam essenciais. Um exemplo dado pelo historiador Martin Beek é em referência ao Salmo 78⁶.

“... Apesar de a todo o momento se referir aos atos de Deus sobre Israel ao mesmo tempo resume todo o fundo histórico do povo israelita, nas intervenções de Jacob, José do Egito e David”.

O Êxodo⁷ tal como é relatado na Bíblia é o acontecimento da história de Israel que mais suscita razão a dúvidas, mas tal como racionalmente são explicados remetem uma incerteza ainda maior enquanto resgate, como realmente tudo se passou. Por nunca nos ser revelado uma verdade histórica, jamais se tornará convincente uma reconstituição que se faça da lenda bíblica.

Do ponto de vista histórico, todos os relatos devem ser detalhadamente investigados e comprovados nas fontes disponíveis. Beek sugere em “História de Israel” que “cada referência bíblica seja estudada separadamente porque como as tradições orais e escritas dos camponeses nômades eram por demais complexas para seguir um padrão lógico, da mesma forma são os textos bíblicos reunidos num só livro formados por vários outros e erroneamente estudados em seqüência lógica”.⁸

⁶ BEEK, M. A. *História de Israel*. São Paulo: Zahar Editores, 1978, pp.7.

⁷ ALMEIDA, João Ferreira de (tradução). *A Bíblia Sagrada - “Velho Testamento”*. Rio de Janeiro: Imprensa Bíblica Brasileira, 4ª impressão, 1992.

⁸ BEEK, M. A. *História de Israel*. São Paulo: Zahar Editores, 1978, pp.7.

Isso também evita especulações, como as de que os relatos bíblicos sobre os patriarcas foram alterados de tal forma até ficarem irreconhecíveis, ou ainda pior, a que classifica a narração sobre Josué como um fato histórico, criando assim uma campanha militar israelita e tirando o valor do seu argumento principal, que é apenas a invasão de uma região civilizada por tribos nômades.

Em 1872, uma tese levantada pelo assiriólogo inglês, G. Smith⁹, abalou profundamente a crença de que a Bíblia é o livro mais antigo conhecido e que fora ditado por Deus. A sua descoberta foram taboas de escrita cuneiforme, desenterradas da antiga Mesopotâmia, a qual levou cerca de 50 anos para traduzir. Concluiu que era um texto muito parecido com o texto do dilúvio bíblico e que foi datado do século XVII a.C., sendo que os relatos mais antigos do povo de Israel são datados em meio ao século XIII a.C., portanto levantando a suspeita de sua veracidade.

Beek, ainda em “História de Israel”, afirma que a história de Israel é a primeira escrita do seu povo, mas essa apenas diz respeito aos atos de salvação e de misericórdia de Deus (Yahvéh).

“Se um outro povo escreve história semelhante, de certa forma confirma algum fundamento.”¹⁰

Ben Gurion acreditava que a Bíblia é a essência de tudo. A Bíblia – que ele sempre chamava “Sefer Hasefarim”, isto é, o livro dos livros – era a força vital que havia guiado o seu povo em sua longa história. Essa obra destinou ao povo judeu a tarefa de ser “uma luz para as nações”, como diz Isaías em seu versículo:

⁹ CHOURAQUI, André. *Os homens da Bíblia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, pp.15.

¹⁰ BEEK, M. A. *História de Israel*. São Paulo: Zahar Editores, 1978, pp.10.

“Abre os olhos que estão fechados, retira os cativos das prisões e das masmorras onde eles vivem na escuridão”.¹¹

Ben Gurion interpretava o renascimento nacional judeu nos termos da visão bíblica da redenção. Em sua visão da história judaica, foi a Bíblia que incutiu no povo judeu o desejo de consumir a visão da sua redenção nacional e universal.

¹¹ ALMEIDA, João Ferreira de (tradução). *A Bíblia Sagrada - “Velho Testamento”*. Rio de Janeiro: Imprensa

2. HISTÓRIA DE ISRAEL

A história de Israel remonta ao ano 3500 a.C. O país era então habitado por várias etnias: canaanitas, amorreus, hititas, moabitas, fenícios e filisteus. De acordo com a Bíblia, por volta do ano 2000 a.C., um dos ramos do povo judeu deixou Ur, na Mesopotâmia, sua pátria de origem, e veio, sob a direção do Patriarca Abraão, estabelecer-se na “Palestina” (Israel).

Mais tarde, quando um dos seus bisnetos, José, filho de Jacó, se tornou ministro do faraó, toda a família se transferiu para o Egito, e passou, conforme os cálculos dos historiadores, entre quatro e oito séculos. Após a morte de José do Egito, ficaram as famílias remanescentes, descendentes dele que se estabeleceram nas terras de Gósen, concedidas pelo faraó a Abraão, em fuga da terra de Canaã¹². José antes de morrer deixou algumas palavras que dizem respeito ao Êxodo¹³.

“Deus certamente vos visitará, e vos fará subir desta terra para a terra que jurou a Abraão, Isaque e a Jacó”.

Um novo rei do Egito que não conhecia a José percebeu que os hebreus se multiplicaram demais e poderiam em ocasião de guerra voltar-se contra eles, os egípcios.

Bíblica Brasileira, 4ª impressão, 1992, pp. 482.

¹² ALMEIDA, João Ferreira de (tradução). *A Bíblia Sagrada - “Velho Testamento”*. Rio de Janeiro: Imprensa Bíblica Brasileira, 4ª impressão, 1992, pp. 39.

¹³ Idem, pp.58.

“Eis que o povo de Israel é mais numeroso e mais forte do que nós, eia, usemos de astúcia para com ele, para que não se multiplique, e aconteça que vindo guerra, se ajunte com nossos inimigos e peleje contra nós e se retire da terra”.¹⁴

Então colocou feitores sobre eles para que ficassem submissos e ordenou então nessa ocasião a construção das cidades-armazéns de Píton e Ramesés¹⁵, que datam segundo referências egípcias de 1070 a 1069 a.C., que corresponde ao império novo egípcio. Portanto os hebreus foram subservientes na dinastia do faraó Ramesés II.

Percebendo, porém, que mesmo assim os hebreus eram muito numerosos e constituíam uma ameaça ao domínio egípcio, o rei do Egito ordenou a morte aos primogênitos. Nesta ocasião, Moisés, filho de Levi (da família de Levi), é colocado numa arca de juncos, revestida de betume e pez para livrar-se da morte ordenada pelo faraó. Então a filha de faraó o encontra no rio e a irmã de Moisés, Marta, que o acompanhava de longe sendo levado pelo rio, ao ver que a filha do faraó o encontrou, a oferece uma ama de leite para criar o menino para ela e assim o dá a própria mãe para criá-lo.

“Depois a mãe de Moisés, Joquebede, devolve o menino a filha de faraó, que lhe dá o nome de Moisés, que vem de masa (heb.), tirar, pois diz: das águas lhe tirei”.¹⁶

Moisés depois de adulto mata um egípcio que afligia um hebreu e foge porque o faraó procura matá-lo pelo feito. Na sua fuga encontra-se com as sete filhas do sacerdote de Mídia e as ajuda contra os pastores que disputavam água para dar ao rebanho e por essa ajuda passa a morar em Mídia. Moisés esposa com Zípora, que teve um filho ao qual chamou Gérson¹⁷.

¹⁴ Idem, pp.59.

¹⁵ BEEK, M. A. *História de Israel*. São Paulo: Zahar Editores, 1978, pp. 27.

¹⁶ ALMEIDA, João Ferreira de (tradução). *A Bíblia Sagrada - “Velho Testamento”*. Rio de Janeiro: Imprensa Bíblica Brasileira, 4ª impressão, 1992, pp. 61.

¹⁷ BEEK, M. A. *História de Israel*. São Paulo: Zahar Editores, 1978, pp. 30.

O povo que sofria na servidão clama por Yahvéh (Deus), que escolhe Moisés para ser mediador entre ele e Israel e livrar o povo da servidão. “Eu sou enviado-me a vós (...) O Deus de Abraão, Isac e Jacó”.¹⁸

O faraó não deixa o povo israelita seguir para o deserto e aumenta os tributos da servidão. Yahvéh envia dez pragas que devastaram o Egito nesta ordem: as águas tornaram-se sangue; rãs; piolhos nos homens e nos animais; enxame de moscas; peste nos animais; úlceras de tumores nas pessoas e nos animais; a praga da saraiva (fogo do céu); gafanhotos sobre as lavouras; a praga das trevas sobre o Egito e a última praga, a morte dos primogênitos (Deus mandou imolar um cordeiro e passar o seu sangue na frente das casas dos hebreus para que os seus primogênitos não fossem mortos).¹⁹

Então depois desta última praga, faraó deixa o povo de Israel seguir para o deserto. “Levantai-vos saí do meio do meu povo, tanto vós (Moisés e Arão) quanto o povo de Israel e ide servir a Yahvéh, como tendes dito.”²⁰

Mais tarde faraó se arrepende de ter deixado os israelitas partirem e coloca o seu exército a procura e os encontra próximos à praia do Mar Vermelho. Deus então manda que Moisés estenda a vara que ele carrega a mão, com a qual fez todos os sinais das pragas, e faz com que o mar se abra ao meio para a passagem de todo o povo. Quando, pois o exército de faraó percorre os israelitas, o mar se fecha e destruindo todo o exército de faraó nas suas águas.

Alguns estudiosos calculam que a esse período corresponde a 1446 a.C..²¹ Daí Moisés levou o povo ao monte Sinai. Recebem no caminho pão e

¹⁸ ALMEIDA, João Ferreira de (tradução). *A Bíblia Sagrada - “Velho Testamento”*. Rio de Janeiro: Imprensa Bíblica Brasileira, 4ª impressão, 1992, pp. 44.

¹⁹ Idem, pp.51.

²⁰ Idem, pp.52.

²¹ PACKER, James L.; TENNEY, Merrill C.; WHITE, William. *O Mundo do Antigo Testamento*. São Paulo: Vida, 4ª ed., 1996, pp. 16.

codornizes de forma miraculosa. No Monte, onde apenas Moisés poderia subir, e nem animais nem homens poderiam tocá-lo, é que Deus estabelece com Moisés seus planos de transformar o povo israelita numa grande nação. “Então Yahvéh dá a Moisés os Dez Mandamentos, a Toráh”.²²

A terra prometida é a Palestina (Israel) como consideram até hoje. Os israelitas foram conduzidos por Deus até Cades, de lá eles mandaram espias ao país e relataram que viram gigantes, os filisteus que aí se instalaram pouco antes deles chegarem. Deus mandou que o povo ocupasse a região que lhes foi dada por herança. Parte do povo, então, temeu atacar os gigantes filisteus, pois achavam que seriam destruídos.

“Mas Calebe e Josué confiavam em Yahvéh e queriam lutar, porém a maioria desistiu e Yahvéh condenou-lhes a peregrinar por 40 anos no deserto, por não confiarem n’Ele”.²³

O povo acampou em Moabe, nas planícies, e Moisés falou pela última vez, sendo que essas palavras foram registradas no livro de Deuteronômio, da Bíblia. A partir de então Moisés passa a liderança para Josué. Ele ainda recebe do Ser Supremo as palavras de que Josué conquistaria a Palestina e deu-lhe algumas últimas instruções para o povo. Moisés termina cantando um hino de louvor a Deus e morre no Monte Nebo, sem conhecer a terra prometida (Moisés não chega a pisar na Terra Santa por ter se rebelado contra Yahvéh em Meribá).²⁴

Israel não teve a sua formação como Estado propriamente dito; a partir do séc. XII a.C. foi fundada uma confederação com as 12 tribos de Israel. Na verdade essa confederação foi criada no intuito de se constituir uma Liga Sacra, onde as tribos estavam unificadas pela fé, pelas crenças nas mesmas tradições

²² ALMEIDA, João Ferreira de (tradução). *A Bíblia Sagrada - “Velho Testamento”*. Rio de Janeiro: Imprensa Bíblica Brasileira, 4ª impressão, 1992, pp.56.

²³ Idem, pp.57.

²⁴ Idem, pp.120.

religiosas. Não havia um governo central, capital e nem administração e a autoridade, em termos judiciário, era exercida pelos anciãos e em caso de guerra pelos homens aptos a manusear armas.

Em épocas de crises, homens dotados de muita influência surgiram para solucionar as crises, eles eram os juízes (shofet). Eram homens que recebiam a inspiração de Deus para tomar suas decisões, mais eram influências locais que esses homens possuíam, o que não permitiu que eles unificassem as tribos. As 12 tribos de Israel se mantiveram unidas por causa do elo religioso. Essa sociedade tinha Deus como único e o religioso, o político e o jurídico se uniam por uma estreita linha.²⁵

Ainda na época dos juízes, os filisteus avançaram contra Israel. Por falta de organização do povo hebreu os filisteus facilmente invadiram a Palestina e pouco depois de 1050 a. C. os israelitas sofreram uma grande derrota e perderam a Arca da Aliança. Após essa derrota os israelitas sofreram outras derrotas e as tribos foram obrigadas a se organizarem e a elegerem um líder (um rei, uma chefe) para o povo que fosse capaz de unir as 12 tribos em um Estado Hebreu, organizado e capaz de enfrentar outros povos. Com isso, Beek verificou que a criação de um Estado Israelita organizado aconteceu em decorrência da invasão filistéia e não de maneira natural.

2.1. OS REIS DE ISRAEL

No livro de I Samuel, na Bíblia²⁵, existe a descrição de como foi que o povo pediu a Samuel um rei. Samuel foi contra, já que a escolha de um rei ia de encontro com a tradição israelita e enumerou as severas condições que o povo teria que se submeter se houvesse essa quebra na tradição. Porém o povo insistiu e Deus indicou Saul para ser eleito como rei do povo israelense.

Apesar da figura de um rei, Israel continuava com suas organizações tribais (Israel continuou sem capital, apesar de Gibeá ser o centro administrativo) e o rei só tinha decisões absolutas em situações extremas, principalmente nas guerras onde os exércitos eram organizados. O rei Saul teve êxito no seu período, teve expressivas vitórias sobre seus vizinhos, dentre eles os filisteus.

Porém, havia conflitos internos, os antigos juízes queriam recuperar seus privilégios e queriam a volta da tradição. O profeta Samuel foi o último da tradição dos juízes e mantinha todas as tradições, do povo hebreu, vivo. Num episódio em que o exército hebreu pensava em desertar, Saul ofereceu holocausto a Deus, o que só era permitido aos sacerdotes, então Samuel, por causa do rompimento com as tradições, rompeu com o rei Saul e mais a frente um dos servidores do rei, David, como rei.

²⁵ BEEK, M. A. *História de Israel*. São Paulo: Zahar Editores, 1978, pp. 36.

²⁶ ALMEIDA, João Ferreira de (tradução). *A Bíblia Sagrada - "Velho Testamento"*. Rio de Janeiro: Imprensa Bíblica Brasileira, 4ª impressão, 1992, pp.206.

David era jovem nascido em Belém muito talentoso na música, era ele quem acalmava o rei Saul em suas crises de depressão. O feito que mais marcou David foi quando ele matou o gigante filisteu Golias com uma funda e fez com que uma tropa filistéia recuasse. Saul tinha dado um cargo de confiança no exército para David, este teve sucesso em diversas batalhas contra os filisteus e o povo ia ao encontro de Saul cantarolar as vitórias de David. Por causa desse acontecimento Saul enciumou-se de David, onde teve que refugiar-se para fugir da perseguição do rei.

David refugiou-se na caverna de Adulão, quando seus familiares souberam que ele lá estava foram ao seu encontro e junto “todos os homens que se achavam em aperto...”²⁷. Juntou-se depois a ele o filho do sumo sacerdote de Nobe, que tinha sido assassinado por Saul por ter dado pães e espada para David. Ele passa a viver como um líder de guerrilha e tanto partidários de Saul como o exercito filisteu o perseguem e a seus companheiros.

Após a vitória de David contra Saul por duas vezes ele resolve ir a Gate e lá faz aliança com Aquis, rei de Gate. O rei lhe dá uma cidade (Ziclaque) para os seus comandados se abrigarem. De lá David organiza os seu ataque contra os filisteus e contra os israelitas. Mas ele se volta contra as tribos do deserto e os amelacitas e tudo que ele consegue ganhar nessas batalhas ele passa a distribuir em Judá, fazendo com que o povo deste lugar o tenha como o verdadeiro defensor deles.

Numa batalha contra os filisteus no monte Gilboa, Saul, encurralado, se suicida e seu filho Isbaal é proclamado rei de Israel por Abner (capitão do exército

²⁷ ALMEIDA, João Ferreira de (tradução). *A Bíblia Sagrada - “Velho Testamento”*. Rio de Janeiro: Imprensa Bíblica Brasileira, 4ª impressão, 1992, pp.224.

de Saul), na Transjordânia. Porém David, pela sua maior competência como líder, se articula e, com o respaldo dos que duvidavam da competência de Isbaal e todos aqueles que eram beneficiados por sua política, se faz ungir como rei de Judá. De acordo com as Escrituras Sagradas,²⁸ Deus indicou a cidade de Hebron para que David fosse ungido rei, a sua unção não teve tanta conotação popular quanto a de Saul, porque nem todo o povo das 12 tribos o apoiavam, somente os de Judá.

Mas parece que tudo corria a favor do rei de Judá, dois anos após a proclamação de Isbaal como rei de Israel ele foi assassinado por homens que queriam agradar o rei David. David não apoiou o acontecimento e castigou os assassinos, porém é feita uma assembléia entre ambos os reinos hebreus (os de Israel e o de Judá) e é feita uma aliança em que David é proclamado rei de ambas. O rei então resolve se instalar em Jerusalém e faz de lá sua cidade administrativa, já que esta cidade ficava em um ponto estratégico entre os dois reinos e não pertencia a nenhum dos dois, pois ela foi conquistada por David e seus mercenários quando rebeldes.

De acordo com as Escrituras Sagradas, David reinou 40 anos e 6 meses, sendo que da cidade de Hebron ele governou por sete anos e seis meses sobre Judá e Jerusalém, por 33 anos sobre todo o reino de Israel. Quando David começou a reinar absoluto os filisteus voltam a atacar o povo hebreu e ao perceberem a posição estratégica de Jerusalém a atacam, o exército de Israel vence as batalhas e os filisteus saem fragilizados. Após a vitória sobre os filisteus, Israel conquista os demais estados, exercendo assim uma política expansionista, transformando em reinos tributários ou em domínios da coroa essas terras

²⁸ ALMEIDA, João Ferreira de (tradução). *A Bíblia Sagrada - "Velho Testamento"*. Rio de Janeiro: Imprensa Bíblica Brasileira, 4ª impressão, 1992, pp.235.

conquistadas. Em II Samuel²⁹ o profeta descreve a vitória de David sobre Hadadazer, rei de Zobá. Após essa vitória David constitui finalmente um reino administrado por uma monarquia centralizada.

Com essa centralização da monarquia o rei constituía uma corte; sua guarda, tinha seu harém; escribas (sopher); um arauto (oficial que fazia anúncios de paz de guerra e etc.), um arquivista; o chefe do seu exército era Joabe, mas havia um chefe para os mercenários (Etai, o geteu) e outro, para recrutamento. Na área religiosa o culto era dirigido por dois sacerdotes, Sadoque e Abiatar e ainda, nessa mesma época, aparece um encarregado da corvéia.

As inovações políticas da época eram concernentes com as tradições antigas, além de que o governo monárquico marginalizava os que se opunham a ele, não só os seguidores do falecido rei Saul como os tradicionalistas religiosos.

Nessa época se instalou no reino um problema de sucessão. O filho de David, Absalão, se aproveitando do momento de insatisfação popular com a administração de seu pai, tentou derrubá-lo. Absalão chegou a se coroar rei em Hebron, mas em função da sua vaidade e por se deixar envolver em intrigas entre os seus comandados, permitiu que David se reorganizasse e o surpreendesse, tendo Joabe matado o filho usurpador.

David, em I Reis 1³⁰, escolhe Salomão (seu filho com Bateseba) como seu sucessor. Isso foi meio contraditório com a tradição, então ficou explícito o rompimento com as tradições da monarquia nascente. O reino de David veio confirmar as penúrias pelas quais o povo hebreu passaria se tivesse um rei e

²⁹ ALMEIDA, João Ferreira de (tradução). *A Bíblia Sagrada - "Velho Testamento"*. Rio de Janeiro: Imprensa Bíblica Brasileira, 4ª impressão, 1992, pp.237.

³⁰ Idem, pp.253.

rompesse com Deus, mas disseminou entre a população que a linhagem de David era a escolhida por Deus para que continuasse governando.

Salomão é ungido rei aproximadamente em 970 a.C., em uma época em que os problemas de revoltas já haviam sido superados. Ele subiu ao trono com 25 anos de idade e governou por 40 anos. Salomão, diferente de David, não era um bom chefe militar, mas era um ótimo político. Ele conseguiu estabilizar internamente o reino, eliminando seus rivais. Externamente tinha uma política diplomática e não fez guerras expansionistas, só defendia suas fronteiras. O único território que Salomão conseguiu foi adquirido com o casamento dele com a filha do faraó, a cidade fortificada de Gezer.

Como medida de defesa fortificou as principais cidades. Reorganizou o exército, adotando carros de tração (copiado dos cananeus), estima-se em 1.400 carros e 12 mil cavaleiros³¹. No reinado de Salomão, Israel desbravou terras distantes com um acordo firmado com o rei de Tiro, Hirão, os hebreus organizaram uma frota de navios (com ajuda dos fenícios) para manter relações comerciais com lugares mais distantes, como Tarcis, na Espanha. Pouco depois Salomão morre (em aproximadamente 931 a.C.) e sobe ao trono seu filho, Roboão.

Ele tinha 41 anos quando subiu ao trono. Logo quando assumiu o reinado, as tribos do norte pediram para que ele aliviasse na cobrança de taxas, os anciãos disseram-lhe que aceitassem, mas o medo de parecer fraco diante do seu povo fez com que ele negasse essa baixa. Foi o estopim para que as dez tribos do norte se rebelassem e se tornassem independentes e escolheram Jeroboão como rei, que voltara do Egito oportunamente.

³¹ ALMEIDA, João Ferreira de (tradução). *A Bíblia Sagrada - "Velho Testamento"*. Rio de Janeiro: Imprensa Bíblica Brasileira, 4ª impressão, 1992, pp.264.

Roboão ainda pensou em sufocar a revolta, mas o profeta Semaías fez com que o povo das duas tribos de Judá desobedecessem a coroa e com isso, o rei não conseguiu reconquistar as dez tribos rebeladas. Esse cisma afetou profundamente a segurança do povo hebreu já que foi explorado pelos povos conquistados e posteriormente por seus vizinhos expansionistas (o reino de Judá tinha como capital Jerusalém e o de Israel, Siquem).

Roboão reinou por 17 anos (931-915 a.C.), foi no seu reinado que os egípcios roubaram os maciços escudos de outro de Salomão da casa da floresta do Líbano. Em Israel, Jeroboão lutava na tentativa de fazer parar as peregrinações de israelitas para a cidade sagrada de Jerusalém. Para isso construiu dois santuários, um em Dam e outro em Betel, erguendo dois bezerros em cada cidade para rivalizar com os arcanjos de Jerusalém. Pela semelhança do bezerro que representava o deus pagão Baal, os tradicionalistas entenderam como uma transgressão ao primeiro mandamento. Esses santuários foram motivo de discórdia entre Jeroboão e os profetas que o haviam escolhido como rei, finalizando por Aias romper com ele.

Em Judá, a dinastia se manteve até o exílio na Babilônia, tendo como último representante Josafá (870-840 a. C.). Já em Israel, a luta pelo poder não permitia a consolidação de uma dinastia. Depois de Jeroboão, seu filho Nadab assumiu, mas foi morto por Baasa. Quando este foi sucedido pelo seu filho Ela, Zambri, capitão do último rei, Baasa, matou o herdeiro do trono e tentou assumir. Porém, Anri, o escolhido pelo exército para ser coroado lutou contra Zambri, que cometeu suicídio ateando fogo ao seu palácio no reinado de Anri.

Os judeus permaneceram cerca de 13 séculos na Palestina. Não a ocuparam quase nunca por completo, pois a Bíblia relata suas lutas ininterruptas com as outras raças. No século VI a.C., o imperador Nabucodonosor exilou-os

durante 70 anos na Babilônia; depois, no ano 70 d. C., uma guerra entre judeus (que tinham retornado para a terra onde haviam construído seu reino) e os romanos, que culminou no genocídio de 2/3 da população judaica e na destruição do Segundo Templo (sagrado para os judeus).

O Reino de Israel foi totalmente arrasado e os judeus, expulsos da região, pelo imperador Romano Tito, filho e sucessor do imperador Vespasiano, dispersando-se pelo mundo, dando origem a um fenômeno conhecido como a diáspora judaica.³² Numa tentativa de apagar todos os traços do povo judeu, foi declarado à terra que havia sido chamada de Canaã até então, seria dado o nome de Palestina (derivado dos antigos filisteus); e Jerusalém seria chamada de Aelia Capitolina.

Com a destruição do Império Romano do Ocidente pelos germanos, vários povos passaram a se suceder no domínio da Palestina. Em princípio essas terras ficaram pertencendo ao antigo Império Romano do Oriente ou Império Bizantino. A religião muçulmana formou o Império Árabe, que em sua expansão, aproveitando-se da fraqueza do Bizâncio, ocupou a região.

Os cruzados (1099-1291) restabeleceram o domínio cristão na Palestina massacrando e vendendo como escravos os habitantes não-cristãos. O domínio dos mamelucos (1291-1516) foi marcado pelo atraso econômico, revoltas diversas, epidemias e desastres naturais. O comércio foi interrompido, levando os centros urbanos à miséria. A situação inicialmente melhorou com o domínio turco-otomano (1516-1917), mas o descaso total das autoridades e as altas taxas cobradas aos camponeses pelos grandes latifundiários fez da miséria e a desertificação de terras os maiores problemas nesse período.

2.2 - AS ORIGENS DO POVO PALESTINO

São chamados palestinos todos os indivíduos de origem árabe que habitavam a terra de Canaã (Palestina), e que abandonaram ou foram expulsos do território quando da criação do Estado de Israel em 1948³³.

³² BEEK, M. A. *História de Israel*. São Paulo: Zahar Editores, 1978, pp.22.

³³ HIRSH, Ellen. *Realidades de Israel*. Jerusalém: Ahva Press, 1999, pp. 22.

2.3 - AS ORIGENS DO POVO JUDEU

De acordo com o texto de historiografia do Centro de Informações de Israel³⁴, são chamados judeus todos os que professam a fé judaica (Judaísmo) e constituem a maioria dos habitantes do Estado de Israel.

O povo judeu tem sua origem por volta de 4000 anos atrás com o patriarca Abraão. Após o êxodo do Egito (1300 a.C.) o povo judeu chega a Canaã (ou Palestina), e após vários conflitos com os povos vizinhos, constitui em 1020 a.C. um sistema monárquico de organização com o rei Saul. Durante o governo do rei David (1004 – 965 a.C.) são unificadas as diferentes tribos judaicas e Jerusalém é estabelecida como a capital do reino. Após a cisão (930 a.C.) e a destruição do reino pelos assírios (722 a.C.), começa a dispersão do povo judeu pelo mundo.

2.4 - BIOGRAFIA DE BEN GURION

Político israelense (nasceu em Plonsk, na Polônia em 1886 e morreu em Tel Aviv, em Israel no ano de 1973), David Gruen ingressou cedo no movimento sionista e, em 1906, estabeleceu-se na Palestina, onde fundou e dirigiu o movimento Poale Sion ("trabalhadores de Sion"; social-democrata).

Expulso da Palestina, organizou o movimento entre os judeus nos EUA. Voltou para a Palestina (1918) e transformou o movimento em partido, chamado Mapai (Partido Israelense dos trabalhadores) desde 1930. Foi secretário-geral da federação dos sindicatos (Histadrut), da qual foi um dos fundadores (1920). Desde 1935, presidente da Agência Judaica e do Executivo Sionista, sendo o autor do programa mínimo do sionismo (Programa de Baltimore, 1942).

Conseguiu nas Nações Unidas uma resolução favorável a criação do Estado de Israel; foi eleito presidente do Conselho Nacional Provisório, que proclamou a independência de Israel (maio de 1948). Foi primeiro-ministro, ministro da Defesa, e organizou o Exército de Israel.

De acordo com ele, o moderno Estado de Israel encarna da maneira mais factual, o sonho da redenção oriunda da velha idade bíblica.

“Esta é uma explicação perfeitamente natural para os eventos humanos. Minha crença se escuda no meu íntimo envolvimento com as diretrizes e decisões que marcam alguns dos acontecimentos dos últimos cinquenta anos. E ainda, é igualmente certo que o que tem acontecido ao povo judeu no século 20 não encontra paralelo em toda a história da humanidade. Isto é uma grande e terrível maravilha e não é somente em nossa própria era que os judeus têm conhecido maravilhas: toda a sua história é singular e a nação judaica é diferente das outras nações.

³⁴ HIRSH, Ellen. *Realidades de Israel*. Jerusalém: Ahva Press, 1999, pp. 23.

Israel é o povo escolhido, não por ter sido eleito por Deus, mas porque Israel escolheu Deus. Desde que Israel adotou a fé num só e único Deus, transformou-se num povo eleito e único”.³⁵

Ele ainda cita: “Abrão dirigiu-se a Eretz Israel por uma forte motivação espiritual. Para cumpri-la, naquele país, teve que viver em concordância com sua fé monoteísta, ao lado de outro povo que igualmente sustentava a sua fé e vivia no mesmo território. E Abrão não era apenas movido por motivos espirituais. Em toda a história dos judeus, muitos fatores operaram de modo não manifesto entre outros povos. O moderno Sionismo é uma manifestação radical do desejo do povo judeu de viver em independência espiritual”.³⁶

Gurion destaca que o Sionismo e o Estado de Israel são o começo da redenção nacional e eles acedem as chamadas da própria redenção universal.

“Não me deixo intimidar pela escassez de armas dos judeus, nem pelos argumentos do secretário de Estado norte-americano. Estou convicto de que esse é justamente o momento para a sonhada declaração do Estado Soberano esperado pelos judeus com inquietação e fé”.³⁷

No dia 19 de março de 1948, o representante norte-americano propôs nas Nações Unidas que fosse postergada a projetada partilha e que se estabelecesse uma administração da ONU sobre toda a Palestina.

Cronologia de Ben Gurion

-1886 - nasce em Plonsk (Polônia), David Grin que anos depois adotou o nome de David Ben Gurion.

-1917 - Ben Gurion aliou-se a Jabotinsky na constituição da Legião Judaica, brigada militar. Nesse ano, o governo inglês aprovou a Declaração Balfour, com o propósito de estabelecer um lar nacional judaico na Palestina, que recebeu em 1922 a aprovação da Conferência da Sociedade das Nações de San Remo.

³⁵ BEN-ZOAR, M. MICHEL. BEN GURION: O Profeta Armado. São Paulo: Senzala, 1968, pp. 46.

³⁶ Idem, pp. 47

³⁷ idem, pp. 48

-1933 - No 18º Congresso Sionista realizado em Praga, Ben Gurion é eleito membro do Executivo da Agência Judaica e da Organização Sionista Mundial.

-1935 - Ben Gurion é eleito presidente do Executivo Sionista e chefe da Agência Judaica embrião do futuro governo judaico na Palestina.

-1939 - É publicado pelo governo inglês o “Livro Branco”, que reduz drasticamente a cota de imigração judaica na Palestina. Outra proibição constante no documento é de que os judeus adquirissem terras na região.

-1942 - Na conferência Sionista realizada em Nova York, Ben Gurion vê seu “Programa de Biltmore” totalmente aprovado, no qual propõe a criação de um estado judeu na Palestina.

-1947 - A Grã-Bretanha renuncia ao mandato sobre a Palestina. A Organização das Nações Unidas adota o plano de partilha da Palestina que é aceito pelos judeus e recusado pelos árabes.

-1948 - Ben Gurion proclama a independência do Estado de Israel. Torna-se seu chefe de governo provisório e enfrenta as tropas dos países vizinhos que invadem o país. David Gurion assumiu o comando das operações militares.

CAPÍTULO 2 – DOMÍNIO INGLÊS E BALFOUR

1 - FIM DA 1ª GUERRA MUNDIAL: DOMÍNIO FRANCO-BRITÂNICO E SIONISMO

Os países do Oriente Médio apresentam uma combinação curiosa: seus povos vivem há milênios na região, mas seus Estados e fronteiras são muito recentes. Essa talvez seja a causa de muitos de seus problemas.

Até 1918, a maior parte do Oriente Médio integrava o Império Otomano, derrotado na Primeira Guerra Mundial. Um pouco antes, em 1916, antecipando-se ao declínio dos turcos otomanos, a França e a Grã-Bretanha assinaram o acordo Sykes-Picot, tornando o Oriente Médio uma zona de influência franco-britânica.

“Em julho de 1922, a Liga das Nações confiou à Grã-Bretanha o Mandato sobre a Palestina. Reconhecendo a ligação histórica do povo judeu com a Palestina, recomendava que a Grã-Bretanha facilitasse o estabelecimento de um lar nacional judaico na Palestina. Dois meses depois, em setembro, o Conselho da Liga das Nações e a Grã-Bretanha decidiram que as estipulações destinadas ao estabelecimento deste lar nacional judaico não seriam aplicadas à região situada a leste do Rio Jordão, cuja área constituía os três quartos do território do Mandato – e que mais tarde tornou-se o Reino Hashemita da Jordânia”.³⁸

³⁸ HIRSH, Ellen. *Realidades de Israel*. Jerusalém: Ahva Press, 1999, pp.24.

Ao mesmo tempo, crescia na Europa a força do Sionismo, um movimento lançado pelo escritor e jornalista húngaro Theodor Hertzl³⁹, que inspirado pelo caso Dreyfus (judeu e capitão do exército francês que foi condenado injustamente por traição numa clara manifestação de anti-semitismo), o idealiza com a publicação do livro "O Estado Judeu – Uma Tentativa de Solução Moderna para a Questão Judaica".

O Sionismo pode ser definido como o movimento de libertação nacional do povo judeu que visa o retorno à sua pátria ancestral Sion, assim como o renascimento social, cultural, econômico e político.

A origem da palavra é o termo bíblico "Sion", usado geralmente como um sinônimo de "Jerusalém" e da Terra de Israel (Eretz Israel). O Sionismo é uma ideologia que expressa o profundo anelo dos judeus de todo o mundo por sua pátria histórica – Sion.⁴⁰

Os hebreus ocuparam Canaã no segundo milênio antes da era cristã. Por volta do ano 930 a.C., após a morte do rei Salomão, o estado hebreu, que alcançara seu esplendor máximo sob o reinado de Davi, dividiu-se em dois, Israel e Judá.⁴¹ O primeiro foi conquistado pelos assírios no ano 722 a.C. e o segundo pelos babilônios, em 587 a.C.. Persas, gregos e romanos ocuparam posteriormente o território até que, no ano 70 da era cristã, os judeus foram expulsos da Palestina (para os judeus Terra de Israel, ou Tsion, ou Sion) foi sucessivamente ocupada por: bizantinos, persas, árabes, cruzados, mamelucos, otomanos e britânicos. O desejo de voltar à terra perdida foi constante na história do povo judeu desde a diáspora.

³⁹ HERZL, Theodor. *O Estado Judeu*. Rio de Janeiro: Garamond, 1998, pp. 13.

⁴⁰ BRIGHT, John. *História de Israel*. São Paulo: Paulus, 1978, pp. 45.

⁴¹ ALMEIDA, João Ferreira de (tradução). *A Bíblia Sagrada - "Velho Testamento"*. Rio de Janeiro: Imprensa Bíblica Brasileira, 4ª impressão, 1992, pp.331.

Na época do Iluminismo, o filósofo judaico-alemão Moses Mendelssohn liderou uma corrente de integração à cultura ocidental que foi bem recebida pelos jovens judeus. Ao longo do século XIX, realizaram-se diversas tentativas de criar um estado judeu. Mordecai Manuel Noah atuou nos Estados Unidos e outros, como Laurence Oliphant, na Palestina. Nessa época, os judeus da Europa ocidental se haviam integrado à sociedade maior e eram por ela aceitos, mas no leste, sobretudo na Rússia, formavam comunidades separadas, falavam sua própria língua, o iídiche, e sofriam encarniçadas perseguições. Essa situação alimentou a tendência à emigração em massa. As idéias de Leo Pinsker animaram judeus russos do grupo Chovevei Tsion (Amantes do Sion) a imigrar para a Palestina e fundar ali os primeiros estabelecimentos judaicos modernos.

No fim do século XIX, Theodor Herzl reagiu ao progressivo anti-semitismo europeu e deu novo impulso ao Sionismo, estruturando política e ideologicamente o movimento de retorno a Sion. Sua iniciativa rendeu os primeiros frutos no Primeiro Congresso Sionista, realizado na Suíça em 1897, que fixou como objetivo primordial do movimento, a criação de um estado judeu na Palestina. Vários congressos sionistas foram realizados nos anos seguintes, mas nem todos os judeus se alinhavam no Sionismo, pois alguns eram partidários da integração em seus respectivos países e outros esperavam o retorno à Palestina, mas sob a direção de Deus.

O movimento tomou corpo no Primeiro Congresso Sionista, realizado de 29 a 31 de agosto de 1897, na Basileia (Suíça), onde foram adotados o hino nacional (Hatikva – a esperança) e a bandeira de Israel. Mesmo espalhados pelo mundo, os judeus acalentaram, por muitas gerações, o sonho de voltar à chamada "terra prometida". Sonho que ganhou força com o movimento sionista. Os ativistas

judeus acreditavam que a reconquista de Jerusalém era um dever sagrado. Adotaram o slogan "uma terra sem povo para um povo sem terra", referindo-se à Palestina. A região, na verdade, era ocupada havia muitos séculos pelos árabes palestinos. Este era só o início do impasse.

No final do século XIX , agências sionistas financiadas por grandes banqueiros, como o barão de Rotschild, criaram colônias agrícolas, estimulando a migração judaica para a região da Palestina.

2 - A DECLARAÇÃO BALFOUR

O cientista judeu Chaim Weizmann fez importantes descobertas militares que auxiliaram a Grã-Bretanha na Primeira Guerra Mundial. Com isso, teve acesso ao Secretário para Assuntos Estrangeiros da Inglaterra, Lorde Arthur James Balfour, e convenceu-o de que era imprescindível o estabelecimento de um lar judaico na Palestina.

Segundo Ellen Hirsh, no livro "Realidades de Israel"⁴², em 1917, Lord Balfour fez publicar a Declaração Balfour, no "The Times" de Londres, numa carta endereçada ao Lorde Rothschild, membro da Câmara dos Lordes, em que apoiava a imigração de judeus para a Palestina e o estabelecimento de um "lar nacional para o povo judeu" na região, afirmando que "nada será feito que possa prejudicar os direitos civis e religiosos das comunidades não judaicas existentes" - numa referência aos árabes, que, então, representavam 92% da população.

Em seu livro intitulado "The Question of Palestine", o escritor palestino, Edward Said, definiu a importância dessa declaração da seguinte maneira:

"O que é importante a respeito da declaração é que, em primeiro lugar, durante muito tempo ela foi a base legal para as reivindicações sionistas em relação à Palestina e, em segundo lugar, e mais importante para os nossos objetivos aqui, que foi uma declaração cuja força só pode ser avaliada quando as realidades demográfica e humana da Palestina ficaram claras na mente. Isto é, a declaração foi feita por um poder europeu, a respeito de um território não-europeu, num claro desrespeito à presença e aos desejos da população nativa residente no território e tomou a forma de uma promessa sobre este mesmo território por um outro grupo estrangeiro, a fim de que esse grupo estrangeiro pudesse, literalmente, fazer desse território uma nação para o povo judeu."⁴³

⁴² HIRSH, Ellen. *Realidades de Israel*. Jerusalém: Ahva Press, 1999, pp. 24-25.

⁴³ YAZBECK, Mustafá. *O Movimento Palestino*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987, pp. 37-38.

A "Declaração Balfour" foi interpretada pelos líderes sionistas como um apoio à criação de um estado judeu soberano e tornou-se a base do apoio internacional para a formação do moderno estado de Israel. Nas décadas que se seguiram, dezenas de milhares de judeus fixaram-se na Palestina, em sua maioria oriundos da Europa, movidos pelo ideal do Sionismo.

“Motivadas pelo Sionismo e encorajadas pela simpatia para com as aspirações sionistas dos judeus, expressas pela Inglaterra, através do Ministro das Relações Exteriores Lord Balfour (1917), chegaram ao país, entre 1919 e 1939, sucessivas levas de imigrantes, cada uma das quais trouxe sua contribuição específica ao desenvolvimento da comunidade judaica. Cerca de 35 mil judeus chegaram entre 1919 e 1923, sobretudo da Rússia, e tiveram influência marcante sobre o caráter e a organização da sociedade nos anos seguintes.

Estes pioneiros lançaram os fundamentos de uma infra-estrutura social e econômica abrangente, desenvolveram a agricultura, estabeleceram formas de assentamento rural comunal singulares – o kibutz e o moshav – e forneceram a mão-de-obra para a construção de moradias e estradas. A onda seguinte, entre 1924 e 1932, trouxe uns 60 mil judeus, sobretudo da Polônia, e contribuiu para o desenvolvimento e enriquecimento da vida urbana. Estes imigrantes se estabeleceram principalmente em Tel Aviv, Haifa e Jerusalém onde criaram pequenos negócios, firmas de construção e indústrias leves. A última grande onda migratória anterior à Segunda Guerra Mundial ocorreu na década de 30, após a ascensão de Hitler ao poder, e compôs-se de cerca de 165 mil pessoas. Estes recém-chegados, muitos dos quais eram profissionais e acadêmicos, representaram o primeiro grande influxo proveniente da Europa Central e Ocidental. Por sua educação, habilidades e experiência, eles elevaram os padrões comerciais, refinaram as condições urbanas e rurais e ampliaram a vida cultural da comunidade”.⁴⁴

Depois da Primeira Guerra, os assuntos do Oriente Médio passaram a ser decididos oficialmente em Londres e Paris, sem que fossem levadas em conta a história, a vontade, as tradições e a cultura dos povos que viviam na região. Com o fim da Primeira Guerra Mundial, as regiões da Síria e do Líbano ficaram sob domínio da França. As outras áreas que estavam controladas pelos otomanos, inclusive a Palestina, passaram para as mãos da Grã-Bretanha.

“As autoridades mandatárias britânicas concederam às comunidades judaica e árabe o direito de gerirem seus próprios assuntos internos. Utilizando-se deste direito, a comunidade

⁴⁴ HIRSH, Ellen. *Realidades de Israel*. Jerusalém: Ahva Press, 1999, pp. 24-25.

judaica conhecida como o *ishuv*, elegeu em 1920 um órgão governamental autônomo, baseado em representação partidária, que se reunia anualmente para avaliação das atividades e a eleição do Conselho Nacional (*Vaad Leumi*), responsável pela implementação de sua política e programas. Este conselho desenvolveu e manteve uma rede nacional de serviços educacionais, religiosos, sociais e de saúde, financiada por recursos locais e por fundos angariados pelo judaísmo mundial. Em 1922, conforma estipulado pelo Mandato, foi constituída a “Agência Judaica” para representar o povo judeu diante das autoridades britânicas, governos estrangeiros e organizações internacionais.

Durante as três décadas do Mandato, a agricultura expandiu-se, foram criadas fábricas e constituíram-se estradas; as águas do Rio Jordão foram represadas para a produção de energia elétrica; e o potencial mineral do Mar Morto passou a ser explorado. Em 1920 foi fundada a *Histadrut* (Federação Geral de Trabalhadores), para promover o bem-estar dos trabalhadores e criar empregos, através do estabelecimento de empresas de propriedade cooperativa no setor industrial, assim como de serviços de comercialização para as colônias agrícolas comunais.

Aos poucos, ia surgindo uma vida cultural específica da comunidade judaica na Terra de Israel. A arte, a música e a dança desenvolveram-se gradualmente, com o estabelecimento de escolas profissionais e estúdios. Criaram-se galerias e salas de espetáculos, freqüentadas por um público exigente. A estréia de uma nova peça, o lançamento de um novo livro ou a retrospectiva de um pintor local eram comentados pela imprensa e tornava-se o tema de animadas discussões nos cafés e reuniões sociais.

O hebraico foi reconhecido como uma das três línguas oficiais do país, ao lado do inglês e árabe, e era usado em documentos, moedas e selos, assim como nas transmissões radiofônicas. A atividade editorial proliferou, e o país tornou-se o centro mundial da atividade literária em hebraico. Teatros de vários gêneros abriam suas portas a audiências entusiásticas, e apareceram as primeiras peças originais hebraicas”.⁴⁵

O colonialismo da França e da Grã-Bretanha provocou fortes reações entre os árabes. Foi nesse contexto que surgiu no Egito a Irmandade Muçulmana, berço do fundamentalismo islâmico. Quando surgiu, em 1929, a irmandade pregava a expulsão dos estrangeiros e a volta aos princípios fundamentais do Alcorão, o livro sagrado dos muçulmanos. Paralelamente à assistência aos mais pobres, a organização praticava uma guerra de guerrilha contra os ocupantes estrangeiros. O caráter militar da Irmandade foi se acentuando progressivamente.

De acordo com Ellen Hirsh, o crescimento do sentimento sionista e das aspirações árabes à independência fizeram com que a Inglaterra adotasse uma

"política divisionista" (dividir para dominar) onde era incentivado o conflito entre árabes e judeus. Esta política visava enfraquecer os esforços de ambos os povos, e manter a influência britânica na região.

“O renascimento nacional judaico e os esforços da comunidade por reconstruir o país encontraram forte oposição por parte dos nacionalistas árabes. Seu ressentimento explodiu em períodos de intensa violência (1920/21/29/36-39), quando os transportes judeus eram molestados, campos e florestas incendiados e a população judaica era atacada sem motivo. As tentativas do movimento sionista de chegar a um diálogo com os árabes foram infrutíferas, e o nacionalismo árabe e judeu se polarizam em situação explosiva. Reconhecendo os objetivos opostos dos dois movimentos nacionais, a Grã-Bretanha recomendou em 1937 que o país fosse dividido em dois estados, um árabe e um judeu. A liderança judaica aceitou a idéia de partilha e encarregou a Agência Judaica de negociar com o governo britânico, num esforço de reformular alguns aspectos da proposta. Os árabes eram absolutamente contra qualquer plano de partilha.

Atos de violência contínuos e em grande escala levaram a Grã-Bretanha a publicar o Livro Branco, em maio de 1939, que impunha drásticas restrições à imigração judaica, embora tal restrição significasse negar ao judaísmo europeu um refúgio à perseguição nazista. O início da Segunda Guerra Mundial, pouco depois, levou David Ben Gurion a declarar: ‘Lutaremos na guerra como se não houvesse o Livro Branco, e combateremos o Livro Branco como se não houvesse guerra’.⁴⁶

Hirsh conta que os resultados dessa política foram vários ataques da maioria árabe à população civil judaica (1920, 21, 29, 36-39). Em resposta a esses ataques foram criadas milícias clandestinas (Haganá e outros) que agiram contra objetivos árabes e ingleses.

“Três movimentos clandestinos judeus operaram durante o período do Mandato Britânico. O maior era a Haganá, fundado em 1920 pela comunidade judaica como milícia de auto-defesa para garantir a segurança da população judaica. A partir de meados da década de 30, ela também passou a retaliar os ataques árabes e a responder às restrições britânicas contra a imigração judaica com demonstrações de massa e atos de sabotagem. O Etzel, criado em 1931, rejeitou as restrições auto-impostas pela Haganá e iniciou ações independentes contra objetivos árabes e ingleses. O menor e mais militante dos grupos, o Lechi, surgiu em 1940, e sua linha era sobretudo anti-britânica. Os três foram dissolvidos em maio de 1948, com a criação das Forças de Defesa de Israel”.⁴⁷

⁴⁵ HIRSH, Ellen. *Realidades de Israel*. Jerusalém: Ahva Press, 1999, pp. 26-27.

⁴⁶ HIRSH, Ellen. *Realidades de Israel*. Jerusalém: Ahva Press, 1999, pp. 28.

⁴⁷ HIRSH, Ellen. *Realidades de Israel*. Jerusalém: Ahva Press, 1999, pp. 28.

É importante ressaltar que o mandato britânico constituía o território que hoje engloba Israel e Jordânia. Na obra de Silvia Szterline, “A Formação de Israel e a Questão Palestina”⁴⁸, ela ressalta que em 1922, a Liga das Nações decretou que as terras à leste do rio Jordão não poderiam ser colonizadas por judeus, sendo dado aos árabes três quartos do território original do mandato britânico. Posteriormente, estas terras seriam transformadas no Reino Hashemita da Jordânia.

Enquanto isso, nos anos 20 e 30, a Europa enfrentava uma série de crises nacionais, conflitos de interesses e movimentos revolucionários que iriam resultar na Segunda Guerra Mundial.

⁴⁸ SZTERLINE, Silvia. *A Formação de Israel e a Questão Palestina*. São Paulo: Ática, 2000, pp.16.

2. 1 - DIA DA DECLARAÇÃO BALFOUR - 2 DE NOVEMBRO DE 1917

A Declaração Balfour, que se festeja em 2 de novembro, foi a primeira manifestação oficial emitida por uma potência a favor da criação de um lar nacional judaico em Eretz Israel, segundo Nelson Bacic Olic, em “Oriente Médio: Uma região de conflitos”⁴⁹, essa conquista de tanta significação, para as esperanças sionistas, despertou, em sua época um vibrante entusiasmo no mundo judaico.

A Palestina, possessão do império turco até a guerra de 1914, converteu-se nesses trágicos dias num campo de batalha. Os exércitos ingleses invadiram a “Terra Santa” para libertá-la dos turcos, e em virtude dos combates, a obra já realizada pelos sionistas sobre o solo de Eretz Israel foi em grande parte devastada.

Tendo encontrado no governo inglês ouvido mais atentos às reivindicações de uma pátria judaica, e levando em conta que os interesses da Grã-Bretanha no Canal de Suez seriam favorecidos pela vizinhança de um povo amigo, os dirigentes sionistas iniciaram com afincos suas gestões em prol do reconhecimento de suas aspirações por parte do governo inglês. Desta vez seus esforços foram coroados de êxito, e a tão ansiada declaração foi feita pelo ministro Balfour numa carta dirigida em 1917 ao barão de Rothschild. Ela dizia textualmente:

"O governo de Sua Majestade vê com simpatia o estabelecimento na Palestina de um Lar Nacional para o povo judeu, e utilizará seus melhores esforços para a obtenção desse objetivo, ficando claramente entendido que nada será feito que possa prejudicar os direitos civis ou

⁴⁹ OLIC, Nelson Bacic. *Oriente Médio: Uma Região de Conflitos*. São Paulo: Moderna, 1991, pp. 19.

religiosos das comunidades não judaicas existentes na Palestina, ou os direitos e 'status' político de que gozam os judeus em qualquer outro país."

Essa declaração, recebida, segundo Olic, com imenso júbilo pelos judeus, foi aprovada pela França, Itália, Estados Unidos e outras potências filiadas à Liga das Nações, entre elas vários países sul-americanos. Com ela recebia a campanha sionista um estímulo de inestimável valor, cujos resultados logo se evidenciaram pela multiplicação das colônias em Eretz Israel e pelo desenvolvimento industrial e cultural do país.

A Declaração Balfour se comemora todos os anos com atos públicos e festejos, durante os quais se realizam representações de cenas da vida em Eretz Israel e se entoam as novas canções chalutsianas, segundo informações de Ellen Hirsh. Arthur James Balfour foi o primeiro conde de Balfour e nasceu em 1848 e faleceu em 1930.

CAPÍTULO 3 – SIONISMO: SINÔNIMO DE LIBERDADE

1 – SIONISMO

Essa palavra foi usada pela primeira vez pelo escritor judeu Nathan Birnbaum no ano de 1890, quando passa a corresponder profundamente aos anseios do povo judeu de liberação nacional e conquista de sua identidade própria e reconhecida. Sionismo deriva de Sion, o sinónimo de Jerusalém e de Israel.

O ideal do Sionismo (a redenção do povo judeu em sua pátria ancestral) está enraizado na contínua espera pelo retorno e na profunda ligação à Terra Santa, que foi sempre inerente à existência judaica na época da Diáspora através dos séculos.

Segundo informações do site www.chamada.com, o Sionismo político surgiu em consequência da opressão dos judeus na Europa, da desilusão com a emancipação na Europa Ocidental, que não pusera fim à discriminação nem levou à integração dos judeus nas sociedades locais. Sua expressão formal foi o estabelecimento da Organização Sionista.

Em 29 de agosto de 1897, reuniram-se na cidade suíça de Basileia - pela primeira vez depois da destruição do Estado Judeu há quase 2000 anos - 197

representantes de 17 países para o Primeiro Congresso Sionista. Nessa oportunidade, o jornalista Theodor Herzl faz seu discurso⁵⁰:

“Somos um povo. Todos os povos têm uma pátria. Precisamos de uma pátria nacional para o nosso povo. Por isso, queremos lançar a pedra fundamental para a casa que um dia vai abrigar a nação judaica.”

Ao terminar seu discurso, Herzl foi aplaudido pelos participantes que passaram a referir-se a ele como um “homem predestinado por Deus”, e por outros como o novo “Rei dos judeus”. Ao término desse congresso, foi publicado um manifesto intitulado “O Programa da Basileia” no qual rezava, entre outras proposições, que “...o Sionismo almeja para o povo judeu a criação de uma pátria na Palestina com garantias públicas e legais.”⁵¹

Mais tarde, Herzl escreveu em seu diário: “Se eu resumir o congresso da Basileia em uma única frase, que evitarei falar publicamente, ela seria ‘Na Basileia fundei o Estado judeu’. Se eu fosse falar isso em voz alta, uma zombaria universal viria como resposta. Talvez em cinco anos, mas certamente em 50 anos, cada um o verá.”⁵²

Theodor Herzl faleceu em 3 de julho de 1904, aos 44 anos, e o ideal sionista não enfraqueceu, mas pelo contrário, adquiriu mais força e autenticidade. Para os judeus é motivo de júbilo quando se diz que após 50 anos da morte de Herzl o novo Estado renascia.

Em 29 de novembro de 1947, a Liga das Nações Unidas decidiu repartir a Palestina em um estado judeu e um estado árabe. Com isso, a fundação de direito do Estado de Israel era um fato consumado dentro do direito internacional, e em alguns meses mais tarde, em 14 de maio de 1948, David Ben Gurion –

⁵⁰ www.chamada.com. Pesquisa feita no dia 15/01/03.

⁵¹ Idem.

⁵² Idem.

aproveitando a saída do exército britânico – proclama em Tel Aviv o novo Estado de Israel, como continuação do Israel bíblico.

2 - O NAZISMO E A CRISE NA EUROPA ESTIMULAM A MIGRAÇÃO JUDAICA

Na Alemanha, Hitler capitalizou o descontentamento do seu povo, humilhado pela derrota na Primeira Guerra, e construiu uma monumental máquina bélica e militar. O ditador unificou o país apontando claramente um inimigo, contra o qual todos deveriam se unir. O judeu cosmopolita, segundo ele, era responsável por tudo de mal que havia no mundo. Hitler iniciou, assim, uma forte perseguição aos judeus a partir dos anos 30.⁵³

De acordo com Demétrio Magnoli, para a ótica nazista todos os inimigos do estado nazista e da raça ariana deveriam ser aniquilados. Dentre os "inimigos do Terceiro Reich" estavam incluídos: ciganos, sérvios, eslavos, alemães oponentes do nazismo, homossexuais, criminosos comuns, comunistas, "anti-sociais" (mendigos, vadios e mascates), doentes mentais e judeus.

Os judeus eram vistos como os principais inimigos dos nazistas, pois, de acordo com sua ideologia, a história era vista como uma luta de raças entre judeus e arianos. Eles eram considerados um obstáculo à dominação mundial pela raça ariana, supostamente, uma raça superior.

“Isto explica porque o número de judeus mortos pelos nazistas supera o dos outros grupos perseguidos”⁵⁴.

⁵³ MAGNOLI, Demétrio. *O Mundo Contemporâneo*. São Paulo: Moderna, 1996, pp. 26.

⁵⁴ Idem, pp. 26.

Holocausto (ou Shoá) é a palavra comumente designada para descrever o extermínio de aproximadamente 6 milhões de judeus (2/3 dos judeus europeus) pelas forças nazistas.

Após a adoção de leis discriminatórias contra os judeus alemães em 1933, os nazistas começaram a por em prática seus objetivos. Com o início da Segunda Guerra Mundial, a situação dos judeus europeus se agravou muito e começaram as mortes, implementadas em sua maioria por grupos de extermínio nazistas (Einsatzgruppen).

Na conferência de Wannsee em 1942, os nazistas arquitetaram a "solução final" (Endlösung), uma clara alusão ao extermínio completo de toda a população judaica da Europa. A partir daí os judeus eram perseguidos, presos e fechados em guetos superlotados. Os judeus que sobreviviam eram levados aos "campos de concentração" onde passavam por dezenas de torturas, humilhações, trabalhos forçados e execução industrial e sistemática.

Léon Poliakov em "Do Anti-sionismo ao Anti-semitismo"⁵⁵ conta que uma das conseqüências desse novo período da história foi a intensificação da migração judaica para todas as partes do planeta, mas principalmente para a Palestina. Em pouco tempo, triplicou o número de judeus na região, de 10% para 30% da população.

"A instalação dos novos imigrantes não foi tranqüila. Os confrontos com a população árabe, majoritária, tornaram-se cada vez mais freqüentes. Um dos ativistas judeus dessa época, Menahem Begin, seria eleito décadas depois, nos anos 70, para o cargo de primeiro-ministro de Israel pelo Likud, o partido conservador israelense."⁵⁶

⁵⁵ POLIAKOV, Léon. *Do Anti-sionismo ao Anti-semitismo*. São Paulo: Perspectiva, 2000, pp. 56.

2.1 – SORLIN EM “O ANTI-SEMITISMO ALEMÃO”

Historicamente, Pierre Sorlin mostra que, não há um sentido peculiar na perseguição dos judeus pelos alemães. No século XIII, a entrada de judeus na Alemanha é de extrema importância para a conjuntura econômica do país.

“Os judeus passam a ser moeda de troca nas mãos do soberano: quando quer reconciliar-se com alguma cidade, com um bispo ou com um senhor feudal, o soberano abre mão dos direitos de tutela sobre os judeus. No fim do século XV, os imperadores só conseguem proteger os judeus das cidades menores e dos principados menos importantes.

Embora sejam os judeus detestados e perseguidos. Sua presença não deixa de ser disputada. Eles significam uma grande vantagem, a de poderem ser explorados à vontade no que diz respeito a taxas. No século XII o arcebispo de Colônia teve de reconhecer que as imposições que fizera à comunidade judaica eram exorbitantes mas pouco tempo depois, este tipo de abuso já não suscita indignação, o único limite ao lançamento de impostos sobre os israelitas é sua capacidade de pagar.”⁵⁷

Segundo Sorlin, os judeus foram importantes para a conjuntura econômico-social da Alemanha, pois desempenharam, além disso, uma importante função social. A Igreja condena os empréstimos a juros, porque os considera uma forma de roubo; mas, por mais primitiva que seja, a economia medieval não pode desenvolver-se sem disponibilidades financeiras. Enquanto os grandes comerciantes recorrem a diversos subterfúgios para garantir o pagamento de juros a seus credores, os artesãos, os pequenos comerciantes e os agricultores, que não estão preparados para valer-se destas transações complicadas, recorrem às únicas pessoas não enquadradas nas leis canônicas, ou seja, aos judeus para contornar

⁵⁶ Idem, pp. 56.

⁵⁷ SORLIN, Pierre. *O Anti-semitismo Alemão*. São Paulo: Perspectiva, 1974, pp. 24.

uma legislação insuportável. “... mas, devido a este estado de coisas, estão sempre prontos a punir aqueles a cujos préstimos recorreram.”⁵⁸

Como na Idade Média, também nos primórdios da Idade Moderna o judeu inspirava terror. De acordo com Sorlin, “este horror pelo judeu está profundamente radicado nos costumes e na mentalidade dos cristãos. O mundo cristão divide-se em duas partes: protestantes e católicos engalfinham-se nas praças e nos campos de batalha, mas o ódio ao judeu continua vivo em ambas as facções”.⁵⁹

O historiador ressalta que a segregação despiu-se das formas brutais que possuía na Idade Média, mas continua existindo. “Os judeus são afastados dos postos influentes, endereçados às profissões liberais, ao jornalismo e à política, ao comércio e às agências financeiras – profissões tidas pelos alemães em pouca consideração. No começo do século XX, o judeu é considerado um elemento hábil, a cujos serviços se recorre freqüentemente, mas que deve ser desprezado.”⁶⁰

No entanto, o anti-semitismo continuava vivo entre os cristãos de ambas as confissões. As campanhas antijudaicas alemãs do século XIX são lançadas por dois pastores protestantes, Bruckhard e especialmente Adolf Stoecker.

“Os pensadores alemães desejam que cada grupo humano conserve seus valores próprios, procurando conciliar os particularismos com sua visão universalista. Condenam a priori toda a forma de exclusivismo, e tropeçam, logo de início, no problema dos israelitas: o que fazer com estes judeus, que se obstinam a permanecer fiéis a um idioma, a livros milenares, que se fecham em suas tradições e que protegem zelosamente seu passado? O judaísmo, escreve Kant⁶¹, só conseguiu permanecer fiel à sua essência, porque excluiu todo o gênero humano de sua comunhão”.⁶²

Segundo informações de Sorlin, o pastor Stoecker estava preocupado com a divisão que se processou na sociedade, ou seja, nas diferenças sociais entre as classes. Nascido num ambiente modesto, Stoecker ascendeu lentamente, mas

⁵⁸ SORLIN, Pierre. *O Anti-semitismo Alemão*. São Paulo: Perspectiva, 1974, pp. 35.

⁵⁹ Idem, pp. 28.

⁶⁰ Idem, pp. 32.

⁶¹ O filósofo francês Immanuel Kant (1724-1808) é conhecido por suas obras, como “Razão Pura” que discute e define o termo “Estética Transcendental”. (N. A.)

⁶² SORLIN, Pierre. *O Anti-semitismo Alemão*. São Paulo: Perspectiva, 1974, pp.43.

permaneceu sensível aos problemas do proletariado. Atribuiu a miséria material e moral do povo às injustiças dos ricos e às palavras de ódio semeadas pelos socialistas.

“Esforçando-se para reconciliar as classes sociais antagônicas, procura um elemento que as possa reaproximar crê encontra-lo no anti-semitismo: unindo-se contra os judeus, os alemães poderiam voltar a entender-se.”⁶³

As dimensões do movimento anti-semita se tornaram impressionantes. O movimento reunia intelectuais pobres e homens de fama, como Treitschke, professor universitário e homem político, que era quase uma das personalidades oficiais do Reich, Paul de Lagarde, também professor, Stoecker, pastor da Catedral de Berlim e pregador da corte. O movimento, para o historiador, correspondeu a uma necessidade do momento: canalizou uma inquietação difusa e lhe deu um objetivo bem preciso. Promoveu a formação de grupos anti-semitas, grupos por vezes efêmeros, mas que nem por isso deixaram de ostentar suas ferozes intenções, como no caso da “União Para o Extermínio dos Judeus”. Um abaixo-assinado de mais de 200 mil assinaturas que exigia a segregação dos judeus.

Mas, Sorlin conta em sua obra que os anti-semitas não formam um grupo compacto. “Alguns são abertamente conservadores. Para outros, a expulsão dos judeus seria apenas um prelúdio de um vasto movimento de reformas sociais. Mas entre estes vários grupos heterogêneos, um acordo contra o inimigo comum é possível; por ocasião das eleições de 1881, os antijudeus propõem uma longa lista de candidatos, consolam-se ao ver que Stoecker, eleito por uma circunscrição da Vestfália, dá início ao anti-semitismo parlamentar.”⁶⁴

Entre os movimentos anti-semitas estavam entre os mais importantes o Rural, que chegou ao auge em 1890 e começou a declinar nos últimos anos do

⁶³ SORLIN, Pierre. *O Anti-semitismo Alemão*. São Paulo: Perspectiva, 1974, pp. 45.

⁶⁴ Idem, pp. 60.

século. Um grupo de grandes proprietários fundou a Liga dos Agricultores, que se bateu pela revisão das tarifas aduaneiras e que começou a ofuscar as idéias dos anti-semitas, porque respondeu melhor aos interesses dos agricultores.

Foram fundados centros do anti-semitismo filosófico. Os líderes anti-semitas eram sempre intelectuais – ou semi-intelectuais, como Foerster, Henrici, Marr, Fritsch, Lagarde, Treitschke e Boeckel.

“Quanto às classes médias, é difícil definir sua posição. Devem ser enumerados nestes grupos os alemães que se libertaram da condição de proletários, mas que receiam volta à situação anterior e que participam só em parte do desenvolvimento econômico.

O anti-semitismo alemão do fim do século XIX está, assim, bem caracterizado; seus insufladores são os intelectuais, os professores e os jornalistas.

O fracasso é, em parte, devido ao contraste das várias tendências; os quatro congressos internacionais antijudaicos (1882, 83, 86 e 89) foram perturbados pela oposição dos conservadores, sensíveis à defesa do passado, e pela dos radicais, que faziam do anti-semitismo um instrumento para a reforma social”.⁶⁵

Com Adolf Hitler no poder, o confinamento dos judeus acalmou as apreensões econômicas, mas não sufocou o medo de serem dominados pelos judeus do mundo ou da guerra civil.

“Os alemães escolheram Hitler num momento em que sentiam a necessidade de um chefe, a quem pudessem confiar seu destino. Temiam a guerra civil, tinham medo da fome, duvidavam de sua unidade nacional e queriam provar a si próprios sua superioridade. A partir de 1919 procuravam confusamente um adversário, um culpado...”⁶⁶

Sorlin conclui a obra ressaltando que para muitas pessoas o anti-semitismo foi um meio criado para tolerar o nazismo, para viver sob sua autoridade, sem aceitar realmente a sua política.

⁶⁵ SORLIN, Pierre. *O Anti-semitismo Alemão*. São Paulo: Perspectiva, 1974, pp.67.

⁶⁶ Idem, pp. 85.

CAPÍTULO 4 – INDEPENDÊNCIA DE ISRAEL

1 - ANOS 40: SURGE O ESTADO DE ISRAEL

Segundo a historiadora, Maria Helena Linhares, no livro “O Oriente Médio e o Mundo Árabe”⁶⁷, ao final da guerra, foi criada a Liga Árabe que, entre seus objetivos, tinha a defesa da causa Palestina. Os judeus europeus, sem pátria, vítimas de diversas perseguições e traumatizados com os massacres nazistas, sentiam a necessidade de criar um Estado.

A Inglaterra tinha consciência de que a criação desse Estado na Palestina encontraria forte objeção por parte dos árabes. Os Estados Unidos, que emergiam da guerra como uma nova potência e sob a pressão do sionismo, usaram de sua influência em favor da causa sionista, que se resumia na criação de um estado judeu e na imigração de um contingente maior de judeus.

Em 29 de novembro de 1947, a resolução 181 (como foi chamado o plano de divisão da Palestina entre árabes e judeus) foi aprovada com 33 votos a favor (inclusive do Brasil), 13 contra, 10 abstinências e 1 ausência. Esta sessão especial da ONU foi presidida pelo representante brasileiro Osvaldo Aranha.

“A inabilidade da Grã-Bretanha em conciliar as exigências opostas das comunidades judaica e árabe levou o governo inglês a requerer que a ‘Questão da Palestina’ fosse

inscrita na agenda da Assembléia Geral das Nações Unidas (abril de 1947). Em consequência foi constituído um comitê especial para preparar propostas relativas ao futuro do país. Em 29 de novembro do mesmo ano, a Assembléia Geral votou pela adoção da recomendação do comitê propondo a partilha do país em dois estados. A comunidade judaica aceitou e os árabes rejeitaram. Após a decisão da ONU, os militantes árabes locais, ajudados por forças voluntárias irregulares dos países árabes, desfecharam violentos ataques contra a comunidade judaica, num esforço de frustrar a resolução da partilha e impedir o estabelecimento do estado judeu. Porém, as organizações de defesa judaicas expulsaram a maior parte das forças atacantes e tomou posse da área que tinha sido destinada ao estado judeu”.⁶⁸

A resolução 181 fixava o prazo para o fim do mandato britânico, assegurava os direitos políticos e religiosos de todos os habitantes da Palestina, internacionalizava a cidade de Jerusalém, e promovia a união econômica e a liberdade total de trânsito e visita.

Pelo projeto da ONU, eles seriam divididos em dois Estados: um judeu (com 57% da área) e um palestino (com 43% da área). A proposta foi rechaçada pelos países árabes (descontentes com a criação do Estado judeu em território palestino).

Em 14 de maio de 1948, data em que o Mandato Britânico terminou, a população judaica na Terra de Israel era composta por 650 mil pessoas e foi proclamado o Estado de Israel.

“Havia uma postura internacional favorável à criação de Israel, por causa do Holocausto praticado pelos nazistas. Mas havia também muitos interesses geopolíticos em jogo. No ano seguinte, chegou ao final o acordo que concedia aos britânicos o domínio sobre a Palestina. Assim que as tropas inglesas se retiraram, foi proclamada a criação do Estado de Israel, com a aprovação do plano pela Assembléia Geral da ONU, em 14 de maio de 1948, imediatamente reconhecido pelos EUA e Rússia”.⁶⁹

Segundo Linhares, o dirigente soviético Josef Stalin acreditava que Israel poderia se tornar um país simpático à União Soviética, já que milhares dos imigrantes judeus de nacionalidade russa eram socialistas. Além disso, a União

⁶⁷ LINHARES, Maria Helena. *O Oriente Médio e o Mundo Árabe*. São Paulo: Brasiliense, 1982, pp. 45-47.

⁶⁸ HIRSH, Ellen. *Realidades de Israel*. Jerusalém: Ahva Press, 1999, pp. 31

Soviética defendia junto à ONU a criação de um Estado judeu e outro palestino para enfraquecer a influência britânica na região. Por outro lado, a França, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos viam em Israel um provável representante dos interesses ocidentais, numa região estratégica.

Estava começando o período de tensão entre as superpotências, que iria se estender até o fim dos anos 80. Dessa forma, podemos dizer que os acontecimentos que conduziram à criação de Israel e transformaram o Oriente Médio foram influenciados pela lógica da Guerra Fria.

Os palestinos e os Estados árabes não aceitaram a criação do novo país. Eclodiu assim a primeira guerra árabe-israelense. Menos de 24 horas após a declaração de independência do Estado de Israel, tropas regulares do Egito, Jordânia, Iraque, Síria, Líbano, e um contingente da Arábia Saudita invadiram o recém-criado Estado de Israel. Alguns árabes palestinos também se engajaram na luta ao lado dos invasores. Mas, Israel venceu o conflito em 1949.

“As milícias judaicas de defesa organizadas na forma das Forças de Defesa de Israel (FDI), conseguiram após 15 meses de intensos combates e à custa de 6.000 vidas (quase 1% da população judaica na época), expulsar os invasores e aumentar seu território, o que asseguraria maior capacidade de defesa em caso de nova invasão e a possibilidade de negociar a terra conquistada em troca da paz com seus vizinhos árabes.”⁷⁰

⁶⁹ LINHARES, Maria Helena. *O Oriente Médio e o Mundo Árabe*. São Paulo: Brasiliense, 1982, pp. 47

2 - DECLARAÇÃO DE BEN GURION APÓS A INDEPENDÊNCIA

“A lembrança, vaga agora, remete-me à noite de 14 maio de 1948. Vejo-me caminhando pelas ruas do Bom Fim. Vejo fisionomias radiantes, ouço gritos de júbilo... O Estado de Israel acabava de ser proclamado. Eu não podia me dar conta do que aquilo exatamente significava, mas a emoção me invadia irresistivelmente. O Estado judeu era uma realidade. Se para um garoto de onze anos a data revestiu-se de tal significado, imagine-se o que ela representou para os adultos, muitos deles emigrantes da Europa Oriental, vários sobreviventes do Holocausto. Imagine-se o que significou para as comunidades judaicas de todo o mundo. A sensação era de que um sonho enfim estava se realizando. Aliás, não era só sensação: era aquilo mesmo. Um sonho se realizava”.⁷¹

Até a I Guerra Mundial, a Palestina esteve sob controle do Império Otomano. É ainda no século XIX (1881-1900), que ocorre a primeira Aliah, a imigração judaica para as terras palestinas. O Sionismo moderno, sob inspiração de Theodor Herzl, dava então seus primeiros passos encaminhando os primeiros chalutzim (pioneiros) para a Terra Santa. Estes enfrentavam as mais duras condições de vida. O historiador M. Michel Bar-Zohar⁷², o biógrafo do fundador do Estado israelita, Ben Gurion, descreve a Palestina nestes anos:

“Esta antiga pátria nada tem em comum com o paraíso terrestre descrito pelos escritores bíblicos. As guerras, o abandono, a erosão, a indiferença de povos estranhos que se sucederam sem criar raízes na região, fizeram muitos estragos. Os vergéis e as margens de riso do Cântico dos Cânticos metamorfosearam-se em espaços áridos. Os pântanos, onde viceja o impaludismo, dominaram as férteis planícies costeiras e os ricos vales do interior. O sol implacável abrasava as montanhas da Judéia, transformadas em esqueletos de rochas desnudas. A Palestina tornou-se o ponto negro, o território mais desprezado do Império Otomano”.⁷³

É certo que os palestinos durante muito tempo foram majoritários naquela área. Mas já se encontrava uma minoria judaica dispersa pelo território

⁷⁰ HIRSH, Ellen. *Realidades de Israel*. Jerusalém: Ahva Press, 1999, pp. 32.

⁷¹ BEN GURION, David. *O Despertar de um Estado*. São Paulo: Monte Scopus, 1957, pp.150.

⁷² BEN-ZOHAR, M. Michel. *Ben Gurion: O Profeta Armado*. São Paulo: Senzala, 1968, pp.43-44.

⁷³ Idem, pp. 44.

palestino. Alguns deles descendiam de ancestrais que nunca deixaram a Terra Santa e que sobreviveram aos vários editos de expulsão. Outros eram originários de outras regiões do Império Otomano e do mundo mulçumano.

“Eretz Israel é o local onde nasceu o povo judeu. Ali é que se formou seu caráter espiritual, religioso e nacional. Nesse lugar é que ele realizou sua independência e criou uma cultura de alcance tanto nacional quanto universal. Ali é que ele escreveu a Bíblia e a doou ao mundo. Obrigado ao exílio, o povo judeu continuará fiel ao país de Israel no transcorrer de todas as dispersões, orando sem cessar para voltar a ele, sempre com a esperança de restaurar sua liberdade nacional”.⁷⁴

A historiadora Silvia Szterline⁷⁵ conta que dominados por esse vínculo histórico, os judeus se esforçaram, durante séculos, para voltar ao país de seus antepassados, para ali reconstituírem seu Estado.

“Ao longo dos últimos decênios, foram para lá em massa: pioneiros e defensores. Ali eles desbravaram o deserto, fizeram sua língua renascer, construíram cidades e aldeias e estabeleceram uma comunidade em pleno crescimento, com sua própria vida econômica e cultural. Só aspiravam à paz, ainda que sempre estivessem prontos a se defender. Trouxeram os benefícios do progresso a todos os habitantes do país. Sempre alimentaram a esperança de realizar sua independência nacional. A partir da independência, o Estado de Israel se comprometeu a estar aberto à imigração dos judeus de todos os países onde eles estão dispersos; desenvolver o país em benefício de todos os seus habitantes; ser baseado nos princípios de liberdade, justiça e paz ensinados pelos profetas de Israel; assegurar uma completa igualdade de direitos sociais e políticos a todos os seus cidadãos, sem distinção de crença, raça ou sexo; garantir a plena liberdade de consciência, de culto, de educação e cultura; assegurar a salvaguarda e a inviolabilidade dos Lugares Santos e dos santuários de todas as religiões e respeitar os princípios da Carta das Nações Unidas”.

⁷⁴ BEN-ZOHAR, M. Michel. *Ben Gurion: O Profeta Armado*. São Paulo: Senzala, 1968, pp.44.

⁷⁵ SZTERLINE, Silvia. *A Formação de Israel e a Questão Palestina*. São Paulo: Ática, 2000, pp. 68.

2.1 – A DECLARAÇÃO

“Declaramos que, vigorando a partir do término do Mandato a esta noite, véspera de Shabbath, 6 de Iyar de 5708 (15 de maio de 1948), até o estabelecimento das autoridades eleitas, regulares do Estado em acordo com a Constituição que será adotada pela Assembléia Constituinte Eleita no mais tardar em 1o. de outubro de 1948, o Conselho do Povo atuará como Conselho Provisório do Estado, e seu órgão executivo, a Administração do Povo, será o Governo Provisório do Estado Judeu, a ser chamado ‘Israel’.

O Estado de Israel está disposto a cooperar com os organismos e representantes das Nações Unidas para a aplicação da resolução adotada pela Assembléia no dia 29 de novembro de 1947 e a tomar todas as medidas para realizar a união econômica de todas as partes do país. Apelamos às Nações Unidas a fim de que elas ajudem o povo judeu a edificar seu Estado e que admitam Israel na família das nações. Às voltas com uma brutal agressão, convidamos, entretanto, os habitantes árabes do país a preservar os caminhos da paz e a desempenhar seu papel no desenvolvimento do Estado sobre a base de uma cidadania igual e completa e de uma justa representação nos organismos e instituições do Estado, sejam eles provisórios ou permanentes.

Estendemos a mão da amizade, da paz e da boa vizinhança a todos os Estados que nos rodeiam e a seus povos, convidamo-los a cooperar com a nação judaica independente para o bem comum de todos. O Estado de Israel está pronto a contribuir para o progresso da totalidade do Oriente Médio. Lançamos um apelo ao povo judeu do mundo todo a se ligar a nós a tarefa de imigração e de valorização, e a nos assistir no grande combate que travamos para realizar o sonho perseguido de geração em geração: a redenção de Israel.

Confiantes no Eterno Todo Poderoso, assinamos esta declaração no solo pátrio, na cidade de Tel Aviv, nesta sessão da assembléia provisória do Estado, ocorrida na véspera do shabbath, 5 Iyar 5708, catorze de maio de mil novecentos e quarenta e oito. David Ben-Gurion, Daniel Auster Mordekhai Bentov Yitzchak Ben Zvi Eliyahu Berligne Fritz Bernstein Rabbi Wolf Gold Meir Grabovsky Yitzchak Gruenbaum Dr. Abraham Granovsky Eliyahu Dobkin Meir Wilner-Kovner Zerach Wahrhaftig Herzl Vardi Rachel Cohen Rabbi Kalman Kahana Saadia Kobashi Rabbi Yitzchak Meir Levin Meir David Loewenstein Zvi Luria Golda Myerson Nachum Nir Zvi Segal Rabbi Yehuda Leib Hacohen Fishman David Zvi Pinkas Aharon Zisling Moshe Kolodny Eliezer Kaplan Abraham Katznelson Felix Rosenblueth David Remez Berl Repetur Mordekhai Shattner Ben Zion Sternberg Bekhor Shitreet Moshe Shapira Moshe Shertok”.⁷⁶

⁷⁶ BEN GURION, David. *O Despertar de um Estado*. São Paulo: Monte Scopus, 1957, pp. 152.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado de Israel foi proclamado no dia 14 de maio de 1948, de acordo com o plano de partilha da ONU de 1947. De acordo com o conceito de "reunião dos exilados", que é verdadeira razão de ser do Estado de Israel, os portões do país foram abertos de par em par, confirmando o direito de cada judeu de vir a Israel e, ao chegar, receber cidadania.

Em Israel o sistema político de uma democracia parlamentar, na qual funcionam os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. A Declaração do Estabelecimento do Estado de Israel constitui o credo da nação, que consiste em fazer referências aos imperativos históricos do renascimento de Israel; as diretrizes de um estado judeu democrático, baseado em liberdade, justiça e paz, conforme a visão dos profetas bíblicos; e um apelo por relações pacíficas com os estados árabes vizinhos, para o benefício de toda a região.

As instituições de Israel são a Presidência, o Knesset (parlamento), o Governo (gabinete de ministros) e o Judiciário. O sistema se baseia no princípio da separação de poderes, com controle recíproco, o poder executivo (o Governo) estando sujeito ao voto de confiança do poder legislativo (o Knesset) e a independência do judiciário sendo garantida por lei.

Os oficiais superiores são Moshe Katsav, como presidente de Israel; Ariel Sharon é o primeiro-ministro; Avraham Burg ocupa o cargo de porta-voz do Knesset; Aharon Barak é o presidente do Tribunal Supremo de Justiça; Eliezer Goldberg atua como controlador do Estado e comissário de Reclamações Públicas;

David Klein é o governador do Banco de Israel; Elyakim Rubinstein é o procurador-geral; o tenente-general Shaul Mofaz é o chefe do Estado Maior das Forças de Defesa de Israel; Shlomo Aharonishky é o comandante geral da Polícia do país; o rabino Eliyahu Bakshi Doron ocupa a função de rabino-chefe Sefaradí e o rabino Israel Meir Lau é o rabino-chefe Ashkenazí.

Moshe Katsav foi eleito no dia 31 de julho de 2000, pelo Knesset (Parlamento de Israel), como oitavo presidente do Estado de Israel. Katsav obteve maioria de 63 votos frente aos 57 votos recebidos por seu adversário Shimon Peres. Moshe Katsav, nascido no Irã, 55 anos, é o israelense de origem iraniana que alcançou o mais importante cargo governamental, até os dias de hoje. A eleição de Katsav foi possível depois que a maioria dos deputados religiosos, ou todos eles, votaram nele. O líder espiritual dos religiosos sefaraditas afirmou hoje, que apoiou Katsav por ele guardar as tradições judaicas com mais rigor do que Shimon Peres.

Israel é palco de conflitos entre palestinos e árabes. Vários grupos de terroristas atuam em ações contra uma comunidade opositora. Porta-vozes palestinos e árabes geralmente afirmam que o recente terrorismo palestino é o resultado da ocupação israelense na Margem Ocidental e em Gaza, acrescentando que as violências só cessarão quando a ela terminar.

Apesar dessas declarações, deve-se recordar que facções terroristas palestinas e árabes (como o Hamas e o Hezbollah) repetidamente declaram que até mesmo se Israel se retirasse por completo dos territórios, continuarão com seus ataques, uma vez que eles refutam o direito básico da existência de Israel.

O terrorismo árabe e palestino contra Israel já existia antes do início de controle israelense sobre a Margem Ocidental (Cisjordânia) e Gaza como decorrência da Guerra dos Seis Dias de junho de 1967, e até mesmo antes do

estabelecimento do Estado de Israel em maio de 1948. Por exemplo, o terrorismo árabe já era desenfreado durante a onda de revoltas antijudaicas em 1920-21 (que foi caracterizada pelo brutal assassinato, em Jaffa, do proeminente autor judeu Y. Brenner), durante as chamadas “Perturbações” de 1929 (que incluíram o massacre da comunidade judia em Hebron), durante a revolta árabe de 1936-1939, e em muitos outros incidentes registrados, por atacado, da violência de árabe antijudaica ao longo do período de pré-estado. A campanha do terrorismo palestino reacendeu-se às vésperas da resolução da ONU de novembro de 1947 sobre a partilha, e conduzir à invasão árabe em 1948-1949, o que delineou os limites do Estado recém-estabelecido de Israel.

Depois da Guerra de Independência, o terrorismo árabe expandiu-se bastante. Em 1952, quando as incursões terroristas dos feddaym na fronteira alcançaram seu nível máximo, havia aproximadamente três mil incidentes de violência ao longo da fronteira, estendendo-se da destruição maliciosa de propriedades ao assassinato brutal de civis. Essa violência antiisraelense rodeava colônias na fronteira e centros populacionais, e foi perpetrada, em sua maior parte, contra civis inocentes, a maioria deles novos imigrantes.

Mesmo com o estabelecimento do Estado de Israel há 55 anos, o repúdio entre as duas etnias ainda persiste e o fim dessa história nem mesmo os próprios rabinos podem prever.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, João Ferreira de (tradução). *A Bíblia Sagrada - "Velho Testamento"*. Rio de Janeiro: Imprensa Bíblica Brasileira, 4ª impressão, 1992.

BEEK, M. A. *História de Israel*. São Paulo: Zahar Editores, 1978.

BEN GURION, David. *O Despertar de um Estado*. São Paulo: Monte Scopus, 1957.

BEN-ZOHAR, M. Michel. *Ben Gurion: O Profeta Armado*. São Paulo: Senzala, 1968.

BRIGHT, John. *História de Israel*. São Paulo: Paulus, 1978.

CHOURAQUI, André. *Os homens da Bíblia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

HERZL, Theodor. *O Estado Judeu*. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.

HIRSH, Ellen. *Realidades de Israel*. Jerusalém: Ahva Press, 1999.

LINHARES, Maria Helena. *O Oriente Médio e o Mundo Árabe*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MAGNOLI, Demétrio. *O Mundo Contemporâneo*. São Paulo: Moderna, 1996.

OLIC, Nelson Bacic. *Oriente Médio: Uma Região de Conflitos*. São Paulo: Moderna, 1991.

PACKER, James L.; TENNEY, Merrill C.; WHITE, William. *O Mundo do antigo Testamento*. São Paulo: Vida, 4ª ed., 1996.

POLIAKOV, Léon. *Do Anti-sionismo ao Anti-semitismo*. São Paulo: Perspectiva, 2000.

Sagrado Alcorão. São Paulo: Zambeni, 1998.

SORLIN, Pierre. *O Anti-semitismo Alemão*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

SZTERLINE, Sílvia. *A Formação de Israel e a Questão Palestina*. São Paulo: Ática, 2000.

YAZBECK, Mustafá. *O Movimento Palestino*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.